



REPRODUÇÃO SOCIAL E A QUESTÃO REGIONAL NO BRASIL

Bruna de Oliveira Schweder

Universidade Regional de Blumenau | boschweder@furb.br

Luciana Butzke

Universidade Regional de Blumenau | lbutzke@furb.br

Ivo Marcos Theis

Universidade Regional de Blumenau | theis@furb.br

Sessão Temática 11: Espaços e diferenças: gênero, raça, etnia e diversidade

Resumo: A análise de alguns indicadores socioeconômicos das macrorregiões brasileiras caracteriza a grande heterogeneidade e as disparidades presentes no território. Nesse sentido, a finalidade deste artigo é evidenciar, através da coleta e análise de dados estatísticos, a possível relação entre o papel das mulheres como reprodutoras sociais e as desigualdades regionais brasileiras. A reprodução da vida ocorre com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste. Contudo, essa massa de trabalhadores está migrando para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, em busca de melhores condições de vida, melhores oportunidades de trabalho e maiores rendimentos. Os dados coletados indicam que as desigualdades regionais permanecem, de fato, vividas no território brasileiro. Isso significa que algumas gentes continuam a amargar as consequências do Brasil Colônia, especialmente as mulheres.

Palavras-chave: Brasil; desenvolvimento regional; Teoria da Reprodução Social; gênero; desigualdades.

SOCIAL REPRODUCTION AND THE REGIONAL ISSUE IN BRAZIL

Abstract: *The analysis of some socioeconomic indicators of Brazilian macro-regions characterizes the great heterogeneity and disparities present in the territory. In this sense, the purpose of this article is to highlight, through the collection and analysis of statistical data, the possible relationship between the role of women as social reproducers and Brazilian regional inequalities. The reproduction of life occurs with greater intensity in the North and Northeast regions. However, this mass of workers is migrating to the Southeast and Central-West regions, in search of better living conditions, better job opportunities and higher income. The data collected indicates that regional inequalities remain, in fact, vivid in the Brazilian territory. This means that some people continue to suffer the consequences of Colonial Brazil, especially women.*

Keywords: *Brazil; regional development; Social Reproduction Theory; gender; inequalities.*

LA REPRODUCCIÓN SOCIAL Y LA CUESTIÓN REGIONAL EN BRASIL

Resumen: *El análisis de algunos indicadores socioeconómicos de las macrorregiones brasileñas caracteriza la gran heterogeneidad y disparidades presentes en el territorio. En este sentido, el objetivo de este artículo es resaltar, a través de la recolección y análisis de datos estadísticos, la posible relación entre el papel de las mujeres como reproductoras sociales y las desigualdades regionales brasileñas. La reproducción de la vida ocurre con mayor intensidad en las regiones Norte y Nordeste. Sin embargo, esta masa de trabajadores está migrando hacia las regiones Sudeste y Centro-Oeste, en busca de mejores condiciones de vida, mejores oportunidades laborales y mayores ingresos. Los datos recopilados indican que las desigualdades regionales siguen, de hecho, vivas en el territorio brasileño. Esto significa que algunas personas siguen sufriendo las consecuencias del Brasil colonial, especialmente las mujeres.*

Palabras clave: *Brasil; desarrollo regional; Teoría de la Reproducción Social; género; desigualdades.*

INTRODUÇÃO

O tema deste artigo é Desenvolvimento Regional e Reprodução Social. Os objetivos que norteiam esta pesquisa são: analisar o desenvolvimento regional do Brasil pós 1988 a partir da Teoria da Reprodução Social pela perspectiva de gênero e, especificamente, descrever os processos de reprodução da vida nas regiões brasileiras e descrever os processos de reprodução do capital nas regiões brasileiras. As hipóteses consideradas são: i) a Teoria da Reprodução Social aliada ao Desenvolvimento Regional, é capaz de tecer uma análise acerca das diferenças regionais brasileiras e dos processos de reprodução social a partir de uma perspectiva de gênero; ii) o sentido da formação do Brasil é que o território se desorganizou em regiões e essa desorganização se mantém até os dias atuais. Dessa forma, desde os primórdios as regiões brasileiras vêm reproduzindo desigualdades. E assim, a reprodução social ocorre com maior intensidade nas regiões mais desiguais.

Considerando que o trabalho se propõe a analisar os fenômenos tanto sociais quanto econômicos que resultaram em desigualdades regionais, é inevitável ponderar a inter-relação entre fatos, contexto social, político e econômico. Nesse sentido, o método dialético de abordagem mostrou-se um caminho possível. Em relação aos fundamentos epistemológicos da presente pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa. No que diz respeito à natureza das fontes utilizadas para abordagem e tratamento de seu objeto, a pesquisa classifica-se como bibliográfica.

Portanto, no que diz respeito às técnicas de pesquisa, fez-se análise de documentação, considerando que dados socioeconômicos foram coletados. A abordagem metodológica se deu a partir de uma revisão de literatura e levantamento de material bibliográfico e documental, já que foram analisados indicadores sociais das macrorregiões brasileiras.

Além de procurar compreender as desigualdades regionais, o artigo pretendeu demonstrar o papel de reprodutora social da mulher e, por conseguinte, sua relação com a conformação das desigualdades regionais brasileiras. Entende-se que a construção do conhecimento sobre a Questão Regional envolve construir conhecimento na direção de um desenvolvimento regional do Brasil para os brasileiros e brasileiras.

REFERENCIAL TEÓRICO

ANTECEDENTES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Há mais de um século tem-se notícias do debate sobre as raízes históricas e as bases materiais que explicam a opressão das mulheres no capitalismo. Nesse debate a opressão de gênero não seria um fenômeno biológico, mas sim algo que se dá nas relações sociais concretas, portanto, passível de investigação.

No final do século XIX algumas mulheres socialistas contribuíram ao incluir no debate as formas não remuneradas de trabalho como característica principal da opressão feminina

no capitalismo. Para tal, partiram de uma concepção dualista sobre a realidade social, ou seja, consideraram que o trabalho doméstico seria um modo de produção próprio, distinto do modo de produção capitalista (RUAS, 2020).

Estas socialistas feministas queriam entender como a opressão de gênero estaria fundada em relações sociais intrínsecas a forma de organização social capitalista. E uma das chaves de interpretação e análise desenvolvida para compreender essa questão das bases sociais e materiais da opressão às mulheres foi o trabalho doméstico. Ou seja, elas queriam examinar o trabalho doméstico não pago, realizado no lar, pelas mulheres, como uma das bases fundamentais para compreender a opressão feminina no capitalismo.

Assim surgiu a perspectiva da reprodução social, que inicialmente, buscou compreender as formas não remuneradas de trabalho como base material da opressão das mulheres no capitalismo. Essa perspectiva se diferenciava de outras elaborações teóricas que também buscaram explicar a opressão de gênero no capitalismo. Cabe destacar que, a reprodução social acontece em todas as sociedades, mas na sociedade capitalista ela está servindo ao Capital (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

Quais seriam essas outras elaborações teóricas? Uma delas é a teoria dos sistemas duplos ou triplos. Na teoria dos sistemas duplos o gênero é considerado um sistema autônomo que se relaciona com o capitalismo e as relações de classe. Na teoria dos sistemas triplos se combinam gênero, classe social e raça. Uma segunda elaboração teórica é a do Capitalismo Indiferente. Nela a opressão de gênero e raça estão presentes em formações sociais anteriores ao capitalismo e o capitalismo pode se valer ou não dela para se reproduzir. A terceira elaboração teórica é a Unitária busca compreender gênero, classe social e raça como parte das relações sociais capitalistas, como parte de um todo (ARRUZZA, 2015).

De acordo com a Teoria Unitária as raízes para a explicação da opressão às mulheres poderiam ser encontradas de forma unitária e sistêmica, diferente da concepção dualista sobre a realidade social que compreendia que a existência de um sistema patriarcal pré-capitalista independente e trans histórico se combinaria com o próprio sistema capitalista em uma determinada fase de seu desenvolvimento (RUAS, 2020). Nos países nos quais o modo capitalista de produção suplantou o precedente modo de produção, houve uma transformação radical da família e de seu papel, as relações de poder entre gêneros deixaram de formar um sistema independente (ARRUZZA, 2015).

o capitalismo tendeu sempre a usar diferenças pré-existentes herdadas de sociedades prévias de uma maneira oportunista. Por exemplo, diferenças de gênero e raça são utilizadas de forma a criar hierarquias entre setores mais ou menos avançados das classes exploradas. Estas hierarquias são abrandadas como consequências de diferenças naturais, mascarando sua real natureza, nominalmente o fato de serem produtos da lógica de competição capitalista. (ARRUZZA, 2015, p. 49).

A Teoria da Reprodução Social na perspectiva unitária compreende o sistema capitalista como um “complexo de relações sociais de exploração, opressão, dominação e alienação, que se relacionam de forma integrativa, ontológica” (RUAS, 2020, p. 4). Essa

perspectiva busca entender o modo de produção capitalista como uma totalidade sistêmica, que é engendrada e conformada por múltiplas teias de opressão. Ela é orientada “por uma perspectiva que supere as dicotomias entre produção e reprodução social, natureza e cultura, e em última instância, base econômica e superestrutura política.” (RUAS, 2020, p. 4).

Diante disso, as perspectivas dos sistemas duais e triplos e do Capitalismo Indiferente se mostraram limitadas para as autoras que defendiam uma concepção unitária.

A Teoria da Reprodução Social propõe uma explicação mais ampla do modo de produção capitalista, onde o capital é suplantado e visto não apenas como sujeito de um processo puramente econômico (ARRUZZA, 2018).

A tese essencial da “teoria unitária” é a de que o feminismo marxista, a opressão de gênero e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autônomos que possuem suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes (ARRUZZA, 2015, p. 57).

Para Bhattacharya (2019, p. 102),

A percepção mais importante da teoria da reprodução social é que o capitalismo é um sistema unitário que pode integrar com êxito, ainda que desigualmente, a esfera da reprodução e a esfera da produção. Mudanças em uma esfera, então, reverberam na outra. Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar.

Essa percepção permite compreender quem é a classe trabalhadora, ou melhor, quem é trabalhador e trabalhadora e de que forma é possível lutar contra o sistema, ou visualizar um horizonte possível. A base material de opressão às mulheres relaciona-se com o sistema como um todo.

O mais importante é que essa teoria nos ajuda a entender que quaisquer ganhos nos direitos de gênero que tenhamos, tanto na economia formal quanto fora dela, só podem ser temporários, porque a base material da opressão às mulheres está amarrada ao sistema como um todo. Qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).

Segundo Ruas (2020), há um renascimento da teoria da reprodução social no século XXI, mas agora dialogando com intelectuais feministas marxistas que incorporam movimentos antirracistas, pós-coloniais e Queer.

Este diálogo possibilitou que estas intelectuais suprissem as lacunas da obra de Vogel, propondo um reposicionamento do campo marxista em relação aos debates sobre classe, opressões, identidades e a questão ambiental. Isto traduz um esforço de recuperar e desenvolver a teoria de Marx na direção específica de compreender a conexão entre as relações sociais econômicas e extraeconômicas, destacando como as categorias de opressão são produzidas de forma simultânea e imbricada à produção de mais-valia e, assim, não podem ser hierarquizadas. (RUAS, 2020, p. 22).

Assim dizendo, nesta retomada, a Teoria da Reprodução Social volta a considerar a noção marxiana de totalidade social. E esta, por sua vez, não se trata da soma das suas partes, mas sim de “um processo de apreensão dialética da realidade sensível como concreto no pensamento, isto é, um processo de entendimento e questionamento da dimensão de sentido que aparece para nós” (RUAS, 2020, p. 11). Não é possível compreender ou agir sobre o mundo apenas de forma factual, com base em uma percepção imediata. A realidade é uma totalidade basta de relações e determinações.

Se faltou ao feminismo da reprodução social – que se desenvolveu logo após Marxismo e opressão às mulheres – elaborar uma análise que integrasse as relações de classe, gênero, sexualidade e raça, há uma linha de investigação mais recente dentro da perspectiva da reprodução social que se mostra mais promissora nesse sentido, abordando o trabalho, a economia, os lares como processos em vez de coisas. Dessa forma, essa perspectiva identifica as condições sob as quais raça, gênero, sexualidade e classe são reproduzidas, transformadas e potencialmente revolucionadas. Essa perspectiva mais recente da reprodução social parte da ideia de que a produção e reprodução da força de trabalho é um processo conduzido por pessoas socialmente localizadas. Essa ideia traz ação (FERGUSON; MCNALLY, 2017).

Finalmente, ainda que a tarefa esteja inacabada, o fato é que

A grande inovação de Marx foi ter compreendido a forma como a produção e reprodução da força de trabalho – e as histórias de desapropriação e expropriação que ela implica – é o grande segredo para compreender os processos totalizantes do capital. Ao colocar tal segredo no centro da análise em Marxismo e opressão às mulheres e liga-lo às atividades reprodutivas especificamente femininas nos lares da classe trabalhadores, Lise Vogel estendeu criticamente o projeto de Marx e fez uma contribuição indispensável para a compreensão das formas genericadas da produção social capitalista (FERGUSON; MCNALLY, 2017, p. 55).

Bhattacharya (2019, p. 110) lembra que “Uma compreensão do capitalismo como um sistema integrado, no qual a produção é sustentada pela reprodução social, pode ajudar as lutadoras e lutadores a entender a importância das lutas políticas em ambas as esferas e a necessidade de unificá-las”. Nesse mesmo sentido, reforçando a importância de compreender o modo de produção capitalista como um sistema uno, complexo e amalgamado, Arruzza (2018, p. 57) escreve que

o entendimento do processo de reprodução do capitalismo não pode estar simplesmente apoiado em uma compreensão de seus aspectos automáticos. Esses, de fato, são constantemente combinados com a agência humana e com a agência de classe dentro do processo de reprodução total, de maneira que perder de vista um desses aspectos leva a uma compreensão muito empobrecida do funcionamento fundamental da acumulação ampliada capitalista.

Portanto, interromper a batalha não é uma opção. É preciso seguir em frente, buscando alternativas àqueles e àquelas mais atingidos/as pela areia movediça do capital.

REPRODUÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

As desigualdades e a opressão no capitalismo vão variar conforme o tempo e o espaço. Se partimos do pressuposto de que o discurso e a teoria do desenvolvimento, a partir da segunda metade do século XX, se tornam expressão do capitalismo, aproximações entre a Teoria da Reprodução Social e a Teoria do Desenvolvimento são importantes para a crítica e superação do capitalismo e, conseqüentemente, da desigualdade e da opressão (Figura 1).

Figura 1: A Reprodução do Capital e a Reprodução Social em sua relação com as Teorias do Desenvolvimento e do Desenvolvimento Regional



Fonte: Elaborado pelos autores.

As desigualdades e opressões se relacionam às relações de gênero, classe social, raça, dentre outras. E a base da desigualdade e da opressão está amarrada no sistema capitalista como um todo. Assim, “qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si.” (BHATTACHARYA, 2019, p. 104). Mas essa tarefa coloca também um desafio: “situar” a teorização para que ela dialogue com contextos socioculturais e geográficos distintos (VALIAVICHARSKA, 2020), sem se descuidar de “uma compreensão do capitalismo como um sistema integrado, no qual a produção é sustentada pela reprodução social, pode ajudar as lutadoras e lutadores a entender a importância das lutas políticas em ambas as esferas e a necessidade de unificá-las.” (BHATTACHARYA, 2019, p. 110). O debate sobre Desenvolvimento e Desenvolvimento Regional no Brasil deve partir necessariamente

de uma aproximação desde a realidade sociocultural brasileira, que passe a dar alguma visibilidade e levar na devida conta o seu passado colonial, o sofrimento dos povos originários e das populações compulsoriamente transplantadas, a presença das mulheres, a diversidade da natureza. (THEIS, 2019, p. 356).

E de forma mais ampla, a Teoria do Desenvolvimento e a Teoria do Desenvolvimento Regional continue a reconhecer o desenvolvimento como um processo empiricamente verificável, mas que supere a dimensão normativa que coloca o desenvolvimento como meta a ser alcançada (perpetuando as relações que produzem desigualdade e opressão) e “ouse contemplar um horizonte utópico informado pelo impulso para a autodeterminação social.” (THEIS, 2022, p. 19).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fim de compreender aspectos das macrorregiões brasileiras no período recente, recorreu-se a determinados dados. Antes de mais nada, é importante destacar que a classificação adotada é a regionalização a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divide o Brasil em cinco grandes regiões, sendo elas Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste (IBGE, 2017).

A tabela abaixo demonstra a evolução da população das cinco macrorregiões brasileiras no período de 1980 a 2010.

Tabela 1: Evolução da população total por região, 1980 a 2024

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Total
1980	6.806.720	6.619.755	34.815.439	19.031.990	51.737.148	119.011.052
1991	9.427.601	10.030.556	42.497.540	22.129.377	62.740.401	146.825.475
1996	10.500.579	11.288.259	44.766.851	23.513.736	67.000.738	157.070.163
2000	11.636.728	12.900.704	47.741.711	25.107.616	72.412.411	169.799.170
2007	13.222.854	14.623.316	51.534.406	26.733.595	77.873.120	183.987.291
2010	14.058.094	15.864.454	53.073.882	27.386.891	80.364.410	190.747.731
2024	17.071.595	18.669.345	57.112.096	31.113.021	88.617.693	212.583.750

Fonte: Ipeadata. IBGE. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração dos autores, 2024.

Em todo o período analisado, o Centro-Oeste foi a região que mais cresceu em número de habitantes. A região que menos aumentou sua população foi o Nordeste.

Ainda na perspectiva populacional, analisou-se abaixo a taxa de imigração líquida, com o objetivo de ter uma variável de controle. Em todo o período analisado, a região Centro-Oeste foi a que obteve a maior taxa de imigração líquida, seguida pela região Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, respectivamente. Importa assinalar que a construção de Brasília aconteceu entre 1957 e 1960, fato que pode ter influenciado a alta taxa de imigração para a região Centro-Oeste. A região Nordeste apresentou a menor taxa de imigração líquida.

Tabela 2: Taxa de imigração líquida, 1950 a 1980

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1950	20,69	12,12	5,47	10,94	11,90
1960	29,38	9,72	6,31	16,83	13,71
1970	32,84	9,90	5,93	17,50	16,57
1980	35,14	18,16	6,49	14,06	18,45

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950-1980. Elaboração dos autores, 2024.

Na sequência, analisou-se o percentual de crianças e adolescentes por região, dentre os anos de 1980 a 2015. Notou-se que a região Norte exibiu o maior percentual de crianças e adolescentes em praticamente todo o período analisado. A região Sudeste, por sua vez, registrou o menor percentual de crianças e adolescentes de 1980 a 2000, ficando atrás da região Sul nos anos de 2010 e 2015, em alguns grupos de idade. É importante ressaltar que todas as regiões registraram queda desse indicador. Em relação ao percentual de variação que cada região exibiu, nota-se que a região Sul foi a que mais diminuiu o percentual de crianças e adolescentes em todos os grupos de idade. A região Sudeste foi a que menos diminuiu o percentual de crianças de 0 a 4 anos. Enquanto a região Norte foi a que menos diminuiu o percentual dos demais grupos de idade no período analisado.

Tabela 3: Crianças e adolescentes por região, por grupo de idade (%), 1980 a 2015

Ano	Grupo de idade	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
1980	0 a 4 anos	14,9	17,8	15,9	12,4	12,3	13,8
	5 a 9 anos	13,4	15,1	14,1	11,8	11,0	12,4
	10 a 14 anos	12,7	13,1	13,4	12,1	10,8	12,0
	15 a 19 anos	11,8	11,2	11,6	11,9	11,1	11,4
1991	0 a 4 anos	11,5	14,3	12,8	10,5	10,0	11,3
	5 a 9 anos	11,9	14,6	13,6	10,9	10,6	11,9
	10 a 14 anos	11,9	13,7	13,1	10,6	10,6	11,6
2000	15 a 19 anos	10,9	11,4	11,2	9,6	9,5	10,2
	0 a 4 anos	9,8	12,7	10,6	8,8	8,7	9,7
	5 a 9 anos	10,0	12,5	10,8	9,2	8,8	9,8
	10 a 14 anos	10,1	12,1	11,6	9,5	9,2	10,2
2010	15 a 19 anos	10,6	11,8	11,7	9,8	9,9	10,6
	0 a 4 anos	7,6	9,8	8,0	6,4	6,5	7,2
	5 a 9 anos	8,0	10,3	8,7	7,0	7,0	7,9
	10 a 14 anos	8,9	11,1	9,9	8,4	8,2	9,0
2015	15 a 19 anos	9,0	10,4	9,7	8,6	8,2	8,9
	0 a 4 anos	6,7	7,8	6,8	5,8	5,8	6,3
	5 a 9 anos	7,2	9,2	7,8	6,2	6,2	7,0
	10 a 14 anos	7,8	9,7	8,9	6,8	6,9	7,7
	15 a 19 anos	8,3	9,9	9,4	7,8	8,0	8,5

Fonte: IBGE – Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Elaboração dos autores, 2024.

Para o IBGE (2022), a pessoa de referência da família é apontada pelos próprios familiares como responsável. Dentre os anos de 2001 a 2015, período analisado, a quantidade de homens apontados como referência nas famílias diminuiu em todas as regiões

brasileiras, sendo que a queda mais expressiva foi registrada na região Nordeste, com 21%. Em contrapartida, a quantidade de mulheres apontadas como referência nas famílias aumentou em todas as regiões durante o período. Sendo que na região Nordeste aconteceu a maior elevação, de 55%.

Tabela 4: Pessoa de referência da família – Homem (%), 2001 a 2015

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
2001	73,34	70,89	72,21	75,58	71,98
2002	72,92	67,04	71,18	74,46	71,15
2003	73,70	67,16	70,66	73,63	70,76
2004	70,80	72,45	69,36	73,34	70,12
2005	69,71	70,98	68,67	72,44	68,57
2006	70,36	68,18	67,94	71,58	67,89
2007	67,39	65,77	66,58	69,14	66,82
2008	65,23	68,10	63,71	67,36	64,77
2009	63,86	65,92	65,17	67,06	64,01
2011	64,54	63,00	61,36	63,71	62,45
2012	61,82	62,75	60,73	63,31	62,06
2013	61,38	61,32	59,94	62,49	61,35
2014	61,62	62,09	57,48	61,67	60,68
2015	60,50	60,58	57,06	63,13	59,33

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009. Elaboração dos autores, 2024.

Tabela 5: Pessoa de referência da família – Mulher (%), 2001 a 2015

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
2001	26,66	29,11	27,79	24,42	28,02
2002	27,08	32,96	28,82	25,54	28,85
2003	26,30	32,84	29,34	26,37	29,24
2004	29,20	27,55	30,64	26,66	29,88
2005	30,29	29,02	31,33	27,56	31,43
2006	29,64	31,82	32,06	28,42	32,11
2007	32,61	34,23	33,42	30,86	33,18
2008	34,77	31,90	36,29	32,64	35,23
2009	36,14	34,08	34,83	32,94	35,99
2011	35,46	37,00	38,64	36,29	37,55
2012	38,18	37,25	39,27	36,69	37,94
2013	38,62	38,68	40,06	37,51	38,65
2014	38,38	37,91	42,52	38,33	39,32
2015	39,50	39,42	42,94	36,87	40,67

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2009. Elaboração dos autores, 2024.

Ao lançar os olhos para o ano de 2015, último analisado, constata-se que na região Nordeste estava o maior percentual de mulheres apontadas como pessoa de referência da família, com 42%. Ao passo que na região Sul encontrava-se o menor percentual, com 36%. Apesar de uma tendência de mudança, ainda é possível perceber que os homens são maioria quando o assunto é referência da família. O maior percentual estava na região Sul, em 2015, com 63,13% dos homens sendo apontados como referência, em relação as mulheres. O menor

percentual foi observado na região Nordeste, com 57% dos homens sendo apontados como pessoa de referência da família.

Os dados acerca da taxa de fecundidade demonstram que a região Norte foi a que apresentou a maior taxa em todo o período analisado. Já o Sudeste foi a região que apresentou a menor taxa de fecundidade dentre os anos de 1980 a 2000. Em 2010, as regiões Sul e Sudeste apresentaram a mesma taxa. E em 2016, foi a região Sul que apresentou a menor variável.

Tabela 6: Taxa de fecundidade total, 1980 a 2016

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1980	4,51	6,45	6,13	3,63	3,45
1991	2,66	4,18	3,71	2,52	2,39
2000	2,25	3,17	2,69	2,24	2,10
2010	1,83	2,40	2,02	1,70	1,70
2016	1,67	2,06	1,93	1,57	1,58

Fonte: IBGE. Censo Demográfico e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2001-2009. Elaboração dos autores, 2024.

Outro dado que importa para analisar a reprodução da massa de trabalhadores é a quantidade de óbitos fetais por região.

Tabela 7: Óbitos fetais por região (Unidades), 2003 a 2021

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2003	2125	2477	7280	4083	14236	30201
2006	1922	2159	6776	3462	11749	26068
2009	1710	2099	6947	3024	10632	24412
2012	1669	2174	7173	3134	11470	25620
2015	2153	2242	7426	3270	11563	26654
2018	2130	2134	7467	3044	10787	25562
2021	2250	2278	7185	2867	10034	24614

Fonte: IBGE - Pesquisa Estatísticas do Registro Civil. Elaboração dos autores, 2024.

A região Sudeste exibiu o maior número de óbitos fetais em todo o período analisado, com 40,77% dos óbitos em relação ao Brasil como um todo, no ano de 2021 – último ano analisado. Em seguida, ficou o Nordeste com 29,19%, o Sul com 11,65%, o Norte com 9,25% e o Centro-Oeste com 9,14% dos óbitos quando comparado ao Brasil no ano de 2021. Esses números correspondem ao total da população de cada região.

Ao analisar simultaneamente os dados sobre fecundidade e óbitos fetais, foi possível perceber que enquanto a região Norte apresentou a maior taxa de fecundidade, a mesma região também registrou pouca queda na quantidade de óbitos fetais no período analisado. Ou seja, pode-se inferir que a reprodução tem acontecido a uma taxa mais elevada em relação às demais regiões, entretanto, as mortes fetais também são elevadas – quando comparadas às demais regiões. As regiões Sudeste e Sul registraram as menores taxas de fecundidade, ao passo que também foram as regiões com a maior queda na quantidade de óbitos fetais.

Segundo a perspectiva mais recente da reprodução social, a produção e reprodução da força de trabalho é um processo conduzido por pessoas socialmente localizadas. Por

consequente, cabe desvelar onde e por quem o capital se reproduz. Por isso, os dados que se seguem evidenciam a produção de riquezas, a força de trabalho, a remuneração do trabalho e, finalmente, o trabalho não pago.

Tabela 8: PIB por região – R\$ (mil), a preços de mercado, 1990 a 2020

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1990	596	570	1.486	2.103	6.794
1995	59.341.398	29.792.515	84.970.343	114.304.214	417.232.421
2000	98.914.837	51.705.786	146.827.013	194.257.377	687.776.987
2005	163.100.549	93.311.161	246.267.362	295.150.563	1.044.988.767
2010	306.136.783	182.905.311	458.356.691	529.196.909	1.826.244.306
2015	512.781.855	284.652.148	748.112.200	869.718.666	2.740.336.131
2020	709.720.148	426.154.208	948.482.932	1.125.656.065	3.384.923.646

Fonte: Ipeadata. Elaboração dos autores, 2024.

Durante o período analisado, a região que mais aumentou seu PIB foi o Centro-Oeste. E a região que menos elevou esse indicador foi o Norte. Contudo, se a análise se concentrar apenas durante os últimos dez anos observados, ou seja, entre 2010 e 2020, nota-se que a região Norte foi a que mais aumentou seu PIB, com 133% de crescimento, ao passo que a região Sudeste foi a que menos registrou aumento, com 85%.

Para o cálculo da tabela abaixo, fez-se a média do Produto Interno Bruto per capita – PIB per capita – dos estados de cada uma das cinco macrorregiões brasileiras. O PIB per capita demonstra o PIB dividido pelo número de habitantes.

Desde o ano de 1990, A região Centro-Oeste vinha ocupando a primeira colocação no posto de maior PIB per capita do Brasil, se manteve nessa posição até 2019, último ano verificado. De 1990 a 2002 a região com o segundo maior PIB per capita era o Sudeste, que passou a ter seu posto disputado com a região Norte a partir de 2003. E, no ano de 2015, o Norte assumiu o segundo lugar definitivamente. Ao considerar o ano de 2019, último ano analisado, tem-se a seguinte configuração do maior para o menor PIB per capita: Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste e Sul.

Tabela 9: PIB estadual per capita – R\$ (mil), a preços do ano 2010, 1990 a 2019

Ano	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
1990	76,03	60,64	50,89	44,73	70,47
1995	80,86	65,54	59,66	52,07	73,73
2000	85,47	66,41	62,42	55,42	75,50
2005	80,60	66,79	62,31	47,87	71,01
2010	94,90	81,45	75,33	57,20	82,87
2015	99,59	82,07	80,98	61,48	80,74
2019	101,08	81,68	81,59	62,55	77,88

Fonte: Ipeadata. Elaboração dos autores, 2024.

É no interior da família que a reprodução da vida acontece. Mas, é importante lembrar que, de acordo com Vogel (2013 [1983]), a mulher é oprimida por renovar os produtores e,

também, pelo seu envolvimento na produção. Nesse sentido, saber de que maneira a massa de trabalhadores e trabalhadoras é composta é crucial.

Tabela 10: Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, por sexo (reais), 2012 a 2022

Ano	Categoria	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2012	Homens	3498,5	2279,0	1946,5	3348,3	3442,8	2979,0
	Mulheres	2541,3	1889,5	1612,8	2340,8	2412,5	2198,0
2014	Homens	3496,0	2268,8	2090,0	3508,5	3658,0	3127,3
	Mulheres	2576,0	1923,5	1725,5	2479,0	2572,3	2323,0
2016	Homens	3343,8	2078,8	1932,0	3297,8	3536,8	2981,5
	Mulheres	2526,5	1852,0	1687,0	2440,5	2598,5	2314,5
2018	Homens	3480,0	2181,8	2071,5	3403,0	3604,5	3089,5
	Mulheres	2615,5	1920,8	1773,3	2542,3	2636,8	2383,0
2020	Homens	3398,0	2109,0	2111,0	3470,0	3709,0	3146,0
	Mulheres	2586,0	1966,0	1787,0	2559,0	2739,0	2439,0
2022	Homens	3469,0	2200,0	1927,5	3356,0	3385,0	2952,5
	Mulheres	2558,5	1957,0	1661,0	2517,5	2589,0	2331,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Elaboração dos autores, 2024.

O gênero ainda marca expressivamente a diferença salarial entre homens e mulheres. Essa informação está presente em todas as regiões brasileiras. Ao analisar apenas o ano de 2022 nota-se que a região Centro-Oeste era a que oferecia o maior rendimento para o sexo masculino, enquanto a região Sudeste oferecia o maior rendimento para o sexo feminino. Já a região Nordeste era a que oferecia o menor rendimento para ambos os sexos. É importante ressaltar que a diferença de rendimento entre homens da região Centro-Oeste e da região Nordeste era de quase 80% em 2022, último ano analisado. Ao mesmo tempo, a diferença de rendimento entre mulheres da região Sudeste e da região Nordeste era de pouco mais de 55%. Ainda que em todas as regiões as mulheres tenham aumentado mais seu rendimento em relação aos homens, durante o período, a diferença de rendimento entre homens e mulheres na região Centro-Oeste em 2022 ainda era de 35%. No Sul, essa diferença estava em 33%, no Sudeste 30%, no Nordeste 16% e no Norte 12%. No Brasil, a diferença entre o rendimento de homens e mulheres era de 26% em 2022.

Tabela 11: Rendimento médio real de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, por cor ou raça (reais), 2012 a 2022

Ano	Cor	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2012	Total	3109,5	2135,5	1816,3	2924,3	3007,0	2659,3
	Branca	4029,8	3041,5	2544,3	3114,3	3704,3	3405,3
	Preta	2396,5	1981,8	1576,8	2108,0	2046,0	1931,5
	Parda	2520,0	1869,5	1560,3	2039,5	2119,3	1929,0
2014	Total	3119,3	2143,0	1946,5	3074,0	3193,8	2795,3
	Branca	3989,0	3094,3	2694,3	3273,8	3934,8	3583,5
	Preta	2592,3	1923,3	1726,0	2211,5	2182,3	2064,3
	Parda	2583,5	1910,0	1693,5	2213,3	2264,8	2049,8
2016	Total	3005,5	1995,0	1834,5	2932,8	3133,8	2704,0
	Branca	3867,0	2813,8	2518,5	3146,8	3894,8	3491,8
	Preta	2356,8	1827,5	1569,5	2181,5	2094,8	1945,8
	Parda	2516,5	1796,8	1614,0	2110,5	2185,0	1973,0
2018	Total	3116,0	2083,3	1950,3	3036,0	3181,8	2790,8
	Branca	3925,8	2956,5	2729,0	3292,5	4014,3	3624,3
	Preta	2513,3	1923,5	1652,0	2245,3	2168,8	2033,8
	Parda	2661,8	1854,5	1704,0	2189,0	2273,5	2074,8
2020	Total	3056,0	2055,0	1979,0	3080,0	3286,0	2847,0
	Branca	3870,0	2843,0	2767,0	3334,0	4176,0	3721,0
	Preta	2452,0	1926,0	1675,0	2356,0	2244,0	2082,0
	Parda	2634,0	1877,0	1743,0	2282,0	2306,0	2108,0
2022	Total	3082,0	2106,0	1818,0	2995,0	3036,0	2688,0
	Branca	3987,0	2972,0	2400,0	3260,0	3750,5	3442,5
	Preta	2489,5	1930,5	1612,5	2177,5	2216,5	2039,0
	Parda	2586,0	1881,5	1622,5	2239,0	2274,5	2055,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Elaboração dos autores, 2024.

Ao observar a variação percentual do rendimento médio do trabalho por cor ou raça durante o período analisado, percebe-se que o rendimento da categoria total diminuiu 1% nas regiões Centro-Oeste e Norte. Na região Nordeste, a variável se manteve estável para a categoria. Na região Sudeste e no Brasil houve um aumento de 1%. E na região Sul o aumento foi de 2%. A população branca apresentou queda no rendimento nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste de 1%, 2% e 6%, respectivamente. Na região Sul, a população branca aumentou seu rendimento em 5% durante o período analisado, enquanto na região Sudeste e no Brasil o aumento foi de 1%. A população preta registrou aumento no rendimento em quase todas as regiões, com exceção à região Norte, onde houve uma queda de 3%. As regiões que apresentaram elevação foram Centro-Oeste com 4%, Nordeste com 2%, Sul com 3%, Sudeste com 8% e o Brasil que apresentou aumento de 6%. Finalmente, a população parda foi a única que exibiu aumento em todas as regiões, sendo 3% no Centro-Oeste, 1% no Norte, 4% no Nordeste, 10% no Sul e 7% no Sudeste. No Brasil, o aumento do rendimento da população parda durante o período também foi de 7%.

Tabela 12: Horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas

Ano	Categoria	Centro-Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Brasil
2016	Homens	10,0	10,6	11,0	11,0	11,4	11,1
	Mulheres	19,0	19,5	22,0	20,0	21,6	21,1
2017	Homens	9,5	10,0	10,8	11,2	11,2	10,9
	Mulheres	18,5	18,9	22,0	20,1	21,5	21,0
2018	Homens	9,5	10,7	10,4	11,2	11,4	10,9
	Mulheres	18,7	19,3	22,1	20,6	22,4	21,5
2019	Homens	9,8	11,2	10,5	11,4	11,3	11,0
	Mulheres	19,1	20,8	22,0	20,3	22,3	21,6

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual – 5ª visita. Elaboração dos autores, 2024.

Ao lançar o olhar à quantidade de horas dedicadas aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, é possível constatar que, no Brasil e em todas as suas regiões, são as mulheres que possuem maior participação. Além do mais, no período analisado, o Brasil, bem como as regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste apresentaram queda nas horas dedicadas pelos homens aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado. Ao passo que em todas as regiões e no Brasil a participação feminina aumentou. Apenas a região Norte e o Sul tiveram elevação da participação masculina no item, sendo 5,7% e 3,6%, respectivamente.

Sobre as próximas duas tabelas importa destacar que a categoria total para cor ou raça inclui as pessoas que se declararam indígenas, amarelas ou sem declaração.

Tabela 13: Homens de 14 anos ou mais de idade que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente, por cor ou raça (mil pessoas), 2016 a 2019

Ano	Cor ou Raça	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
2016	Total	4440	4497	12986	9305	25687
	Branca	1500	734	2857	7242	13316
	Preta	355	363	1404	388	2395
	Parda	2547	3354	8659	1619	9694
2017	Total	4891	4940	14504	9700	27126
	Branca	1680	815	3191	7376	13680
	Preta	423	414	1685	435	2708
	Parda	2748	3661	9560	1821	10415
2018	Total	5141	5288	15065	9886	27928
	Branca	1749	867	3397	7365	13681
	Preta	497	426	1872	476	2923
	Parda	2835	3924	9700	1983	10992
2019	Total	5284	5288	14999	10052	28693
	Branca	1765	851	3271	7412	13938
	Preta	562	439	2016	519	3180
	Parda	2896	3917	9589	2036	11246

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Elaboração dos autores, 2024.

Tabela 14 – Mulheres de 14 anos ou mais de idade que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente, por cor ou raça (mil pessoas), 2016 a 2019

Ano	Cor ou Raça	Centro-oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
2016	Total	5659	5788	19922	11372	33046
	Branca	2002	1075	4797	8918	17792
	Preta	408	367	1969	451	2897
	Parda	3205	4285	13052	1940	12026
2017	Total	5923	6111	20811	11532	33902
	Branca	2142	1114	4881	8869	17616
	Preta	449	431	2190	498	3207
	Parda	3286	4503	13626	2082	12694
2018	Total	6134	6264	21018	11628	34529
	Branca	2238	1133	4912	8771	17312
	Preta	530	400	2333	542	3402
	Parda	3302	4627	13621	2230	13400
2019	Total	6214	6324	21124	11749	34911
	Branca	2188	1161	4882	8788	17644
	Preta	570	453	2495	536	3605
	Parda	3385	4601	13562	2319	13285

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Elaboração dos autores, 2024.

Ao analisar os homens e mulheres de 14 anos ou mais de idade que realizaram afazeres domésticos no próprio domicílio ou em domicílio de parente por cor ou raça, infere-se que, durante o período observado, a população preta de ambos os sexos foi a que mais aumentou sua participação no item. Ao passo que a população branca foi a que menos aumentou sua participação.

CONCLUSÕES

O tema deste artigo é Desenvolvimento Regional e Reprodução Social. Os objetivos que nortearam esta pesquisa foram analisar o desenvolvimento regional do Brasil pós 1988 a partir da Teoria da Reprodução Social pela perspectiva de gênero e, especificamente, descrever os processos de reprodução da vida nas regiões brasileiras e descrever os processos de reprodução do capital nas regiões brasileiras. As hipóteses consideradas foram: i) a Teoria da Reprodução Social aliada ao Desenvolvimento Regional, é capaz de tecer uma análise acerca das diferenças regionais brasileiras e dos processos de reprodução social a partir de uma perspectiva de gênero; ii) o sentido da formação do Brasil é que o território se desorganizou em regiões e essa desorganização se mantém até os dias atuais. Dessa forma, desde os primórdios as regiões brasileiras vêm reproduzindo desigualdades. E assim, a reprodução social ocorre com maior intensidade nas regiões mais desiguais.

O artigo buscou responder como se dão os processos de reprodução da vida e do capital nas regiões brasileiras, bem como os processos de reprodução do capital, a partir da coleta de indicadores socioeconômicos como população, PIB, PIB per capita, renda, horas dedicadas ao trabalho doméstico, entre outros, das macrorregiões brasileiras.

O que pôde ser inferido é que a reprodução da vida está ocorrendo com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste, já que são as regiões que disputam as primeiras colocações desde a década de 1980, em relação ao percentual de crianças e adolescentes e, ao mesmo tempo, também são as regiões que apresentam as maiores taxas de fecundidade.

Ao analisar os dados sobre a taxa de imigração líquida, notou-se que enquanto a região Centro-Oeste recebeu ou reteve o maior número de pessoas a região Nordeste recebeu ou reteve o menor número de pessoas do período analisado (IBGE, 2022). Essa variável é capaz de explicar a contradição entre a reprodução da vida estar presente mais fortemente nas regiões Norte e Nordeste, enquanto é a região Centro-Oeste que possui o maior crescimento populacional (Ipeadata, 2022), ainda que esta tenha sido a única região que apresentou crescimento no número de óbitos fetais entre os anos de 2003 e 2021 (IBGE, 2024).

Quando se olha para indicadores que estão relacionados a riqueza regional, nota-se que o maior Produto Interno Bruto (PIB) em todo o período analisado foi da região Sudeste (Ipeadata, 2022), sugestivamente, a segunda região em termos de taxa de imigração líquida (IBGE, 2024). O maior PIB per capita, por sua vez, pertence à região Centro-Oeste desde 1989 (Ipeadata, 2022), coincidentemente, a região com maior taxa de imigração líquida (IBGE, 2024).

Na categoria trabalho, foi possível perceber que, em todas as regiões, as mulheres ainda são minoria. Sendo que as menores quantidades foram registradas nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente (IBGE, 2024). Também é no Nordeste que está o maior número de mulheres apontadas como pessoa de referência da família, seguido ora pelo Norte, ora pelo Centro-Oeste (IBGE, 2024). As regiões Norte e Nordeste também ocupam as primeiras posições quando se observa a distância entre homens e mulheres na força de trabalho (IBGE, 2024). Ou seja, nessas regiões os homens estão massivamente mais presentes no mercado de trabalho. Sem embargo, é legítimo admitir que as mulheres são oprimidas por não terem as mesmas oportunidades que os homens quando o assunto é trabalho.

Quando esse recorte é feito por cor ou raça, a situação torna-se ainda mais delicada. Se as mulheres são oprimidas por falta de oportunidade, mulheres pretas são duplamente oprimidas, já que em todas as regiões há mais pessoas brancas ou pardas na força de trabalho comparativamente à população preta (IBGE, 2024).

O valor do trabalho, ao ser analisado, acompanhou a lógica do seu acesso. As regiões Sudeste e Centro-Oeste disputaram o primeiro lugar em relação ao maior rendimento da população. Já a região Nordeste apresentou o menor rendimento em praticamente todo o período analisado (IBGE, 2024). Fato que também ajuda a explicar as migrações principalmente da região Nordeste para o Sudeste e Centro-Oeste.

Quando esse dado é recortado por sexo, o Norte foi a região que possuía a menor distância entre o rendimento de homens e mulheres – 12%. Já o Centro-Oeste apresentou a maior distância, com os homens ganhando 35% mais que as mulheres. A maior diferença

entre o rendimento médio do trabalho foi identificada na região Sudeste, com a população branca recebendo 69% mais que a população preta em 2022 (IBGE, 2024).

O trabalho não pago em todo o Brasil é majoritariamente efetuado por mulheres. Mas, na região Nordeste as mulheres trabalham ainda mais que os homens, em relação as demais regiões do Brasil. Quanto se considera a raça, novamente as mulheres pretas são duplamente exploradas, já que a população preta foi a que mais aumentou sua participação no trabalho não pago, principalmente na região Nordeste (IBGE, 2024).

Ou seja, as disparidades regionais podem ser observadas em todos os indicadores analisados.

A reprodução da vida ocorre com maior intensidade nas regiões Norte e Nordeste. Contudo, essa massa de trabalhadores está migrando para regiões que são aparentemente mais ricas, ou seja, Sudeste e Centro-Oeste, em busca de melhores condições de vida, melhores oportunidades de trabalho e maiores rendimentos. O fato de mais mulheres serem apontadas como pessoa de referência da família na região Nordeste pode indicar que os homens migram para outras regiões e as mulheres permanecem no Nordeste.

As mulheres são exploradas de diversas maneiras, em todas as regiões do Brasil. Mas, na região Nordeste elas possuem menos oportunidades de trabalho, menores rendimentos e efetuam mais trabalho não pago em relação aos homens, fato que é acentuado se forem pretas.

Finalmente, os dados contribuem para concluir que a organização regional do Brasil, que se iniciou ainda no Brasil colônia, continua a amargar consequências dessa formação. Essas consequências – desigualdades – são intensificadas pelo modo de produção capitalista e, mesmo com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, que visa, dentre outros, reduzir as desigualdades sociais e regionais, o Brasil parece não ter conseguido cumprir esse objetivo. Esse insucesso poderia ser revertido se as causas das desigualdades fossem investigadas e fossem desveladas as relações sociais que estão por trás das aparências, como é o caso da reprodução social.

Mas o que poderia ser considerado um horizonte utópico para gentes (principalmente as mulheres) das regiões mais oprimidas? Sem grandes pretensões, talvez o mais simples possa ser o melhor caminho. Parafraseando Theis (2020), romper as relações de subordinação de umas gentes, que hoje são obrigadas a vender sua força de trabalho a outras gentes, que são privilegiadas pelo enriquecimento graças ao trabalho alheio. Ou seja, se nenhum ser humano ser impuser diante de seu semelhante, se não houver exploração das gentes pelas gentes, as mulheres não serão mais obrigadas a repor a massa de trabalhadores para atender ao capital, nem serão mais relegadas ao trabalho não pago, muito menos – por consequência – serão desvalorizadas e exploradas. Se todos se vissem apenas como gente, não haveria tantas classificações como negro, pardo, branco, mulher, homem, etc. O que restaria seria uma sociedade una, que poderia rumar em conjunto para além do desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 1º semestre de 2015, p. 32-58.

ARRUZZA, C. Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, n. 10, p. 39-60, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/10920>. Acesso em: 21 fev. 2024.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de: Maíra Silva. **Revista Outubro**, n. 32, p. 99-113, 1º semestre de 2019.

FERGUSON, Susan; McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. Tradução de: Maíra Silva. **Revista Outubro**, n. 29, p. 23-59, novembro de 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Rio de Janeiro, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2001-2009. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2001-2015. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012-2019. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Estatísticas do Registro Civil, 2003-2021. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2016. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Rio de Janeiro, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Rio de Janeiro, 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Texto para discussão nº 2528.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. Dados macroeconômicos e regionais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipeadata. Dados macroeconômicos e regionais. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

RUAS, Rhaysa. “Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas”. **Revista Direito e Práxis**, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2020.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. **Redes** – Santa Cruz do Sul (On-line), v. 24, n. 3, p. 334-360, setembro/dezembro, 2019. ISSN 1982-6745.

THEIS, Ivo Marcos. Desenvolvimentos possíveis do Regional, envolvimento alternativo das Gentes. **Ágora** (St. Cruz Sul, Online), v.22, n.2, p. 76-90, julho/dezembro, 2020. ISSN 1982-6737.

THEIS, Ivo Marcos. Hic et nun: qual concepção de desenvolvimento quando se trata de desenvolvimento regional? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, E202224pt, 2022.

VALIAVICHARSKA, Zhivka. Social Reproduction in the Making: Recentring the Margins, Expanding the Directions, **CLCWeb: Comparative Literature and Culture** 22.2, 2020, Special Issue The Politics of Social Reproduction. Ed. Kelly Gawel and Cinzia Arruzza.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory**. Chicago: Haymarket Books, 2013 [1983].